

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.334 - RS (2019/0358292-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **GUSTAVO LUIZ DA SILVA DOS SANTOS (PRESO)**
ADVOGADO : **LEONARDO PIRES DE ALMEIDA - RS100573**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GUSTAVO LUIZ DA SILVA DOS SANTOS – preso preventivamente no contexto de aparente contumácia no crime de tráfico de drogas ilícitas – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a medida pleiteada naquela instância, nos autos de n. 0265949-16.2019.8.21.7000 (e-STJ fl. 103):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. IDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. ABALO DA ORDEM PÚBLICA. EFETIVA NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Ordem denegada.

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou que não se apontaram indícios válidos e suficientes quanto ao *fumus comissi delicti* e ao *periculum libertatis*.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Passo a decidir.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como a liminar em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Entretanto, em um juízo de cognição sumária, não visualizo

manifesta ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.

As instâncias ordinárias registraram indícios de que o paciente estaria traficando drogas ilícitas. Quanto à necessidade da segregação cautelar, ressaltou-se não apenas a gravidade concreta do crime, mas também a aparente contumácia delitiva do réu, que foi condenado recentemente pelo mesmo delito (e-STJ fls. 59/60):

Auto de apreensão que registra quantidades diversas de substância semelhante a crack, cocaína e maconha, dinheiro e outros objetos. Laudo de constatação da natureza da substância identificada como crack, cocaína e maconha. Conforme Certidão judicial Criminal, registra antecedentes criminais. A materialidade está demonstrada através do auto de apreensão e de constatação de substância entorpecente, e a autoria por estar o indiciado na posse da substância quando da abordagem.

(...).

Converto a prisão em flagrante em prisão preventiva para a garantia da ordem pública, estando presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Há necessidade de manutenção da segregação cautelar porque o tráfico de entorpecentes ameaça a saúde pública e é multiplicador de criminalidade. Ademais, o indiciado foi recentemente condenado por tráfico de drogas (2018), não se mostrando outra medida diversa da prisão adequada ao indiciado.

Ao que se vê, o principal fundamento da prisão preventiva é o receio, baseado em circunstâncias concretas do caso destes autos, de que o réu torne a delinquir, dado o seu histórico relativo a esse crime. Nessa linha de entendimento, segundo a qual a suposta contumácia delitiva legitima a segregação cautelar, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REGISTROS PENAIIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Embora o caso dos autos esteja calcado na apreensão de

pequena quantidade de droga (43g de maconha), a prisão preventiva do Recorrente está fundamentada no risco concreto de reiteração delitiva, pois, segundo consta do decreto prisional, há registros da "prática de crimes, homicídio e lesão corporal, estando ainda em gozo de liberdade condicional", o que justifica a segregação cautelar do Acusado para garantia da ordem pública.

2. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 113.953/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. VARIEDADE DE DROGA APREENDIDA. ARMA DE FOGO APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

(...).

4. A decisão que impôs a prisão preventiva também destacou que o recorrente responde a outras ações penais, sendo ao menos uma também por tráfico de drogas e outra por tentativa de homicídio, evidenciando sua reiterada atividade delitiva.

5. Os fundamentos adotados para a imposição da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 109.643/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 03/09/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO DE REITERAÇÃO. RÉU QUE REGISTRA ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. QUANTIDADE DA DROGA. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

(...).

2. Caso em que a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal para garantia da ordem pública em razão da periculosidade social do paciente, evidenciada pelo risco de reiteração delitiva, pois registra a prática de ato infracional anterior equiparado ao crime de homicídio qualificado. (...).

6. Recurso improvido.

(RHC 113.844/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 30/08/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

(...).

3. No caso, apesar da pequena quantidade de droga apreendida - 17,1 gramas de crack -, a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, pois, conforme consignado no decreto preventivo, ele possui extensa ficha de antecedentes criminais, respondendo a processos por roubo (três), receptação e tentativa de homicídio.

4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a periculosidade do recorrente indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.

5. Recurso desprovido.

(RHC 107.476/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019)

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator